

PARECER CONCLUSIVO

I - identificação

Processo Adm nº 8674/2017	Orgão Concedente: MUNICÍPIO DE SALTO
Termo de Colaboração nº 235/2017	
Exercício 2021	Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALTO	
CNPJ: 56.651.003/0001-40	
Finalidade Estatutária:	
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência preferencialmente intelectual e múltipla, idosos e suas famílias.	

Objeto:

Auxílio na Folha de Pagamento, recursos humanos conforme preconiza a NOB-RH/SUAS

II- Valor Total previsto: R\$ 64.800,00

natureza da despesa	valor empenhado	valor efetivamente transferido	nº documento Ordem de pagamento	saldo do empenho
339039	R\$ 64.800,00	5.400,00	394/2021	59.400,00
		5.400,00	784/2021	54.000,00
		5.400,00	1849/2021	48.600,00
		5.400,00	3143/2021	43.200,00
		5.400,00	4828/2021	37.800,00
		5.400,00	5760/2021	32.400,00
		5.400,00	7263/2021	27.000,00
		5.400,00	8270/2021	21.600,00
		5.400,00	9571/2021	16.200,00
		5.400,00	11522/2021	10.800,00
		5.400,00	12167/2021	5.400,00
		5.400,00	13595/2021	-
			saldo final	
rendimentos	valores efetivamente			
R\$ 112,21	R\$ 64.912,21			

III-IV. DATA DA PRESTAÇÃO / SANÇÕES/GLOSAS

DATA PRESTAÇÃO	SANÇÕES / POSSIVEIS GLOSAS
13/01/2022	não houve aplicação de sanções e glosas

V - devolução/ sanções e utilização em exercício subsequente;

A organização não incorreu em sanções pela falta de prestação de contas ou devio de finalidades e ou apresentou vícios insanáveis, e não houve devolução de recursos não aplicados, tendo em vista que a organização aplicou todo recurso repassado no exercício.

VI - compatibilização ;

Declaramos a compatibilização e a adequação das despesas às normas vigentes, nos artigos XV e XVI da Lei de Responsabilidade Fiscal da Organização Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto, referente ao repasse do Termo de Colaboração nº 235/2017 do exercício de 2021.

VII - cumprimento das cláusulas pactuadas;

A organização cumpriu integralmente as cláusulas pactuadas no Termo de Colaboração nº 235/2017 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto tendo cumprido suas propostas de trabalho em consonância com as finalidades registradas na **SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA**, órgão fiscalizador das organizações no município.

VIII - regularidade dos gastos;

Atestamos que a Organização atendeu integralmente ao Plano de Trabalho e ao Termo de Colaboração nº 235/2017 e também aos itens exigidos na Instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os acompanhamentos realizados durante o exercício em referência foi objeto de ações aos cumprimentos das mesmas.

IX- da guarda dos documentos originais;

Constatou-se que as cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais e contém a identificação da Organização beneficiária, do tipo de repasse, bem como o número, órgão, entidade repassador (a) a que se refere. Os mesmos deverão permanecer guardados na entidade pelo prazo de 10 anos, conforme a declaração apresentada na prestação de contas anual, devidamente assinada pelo representante oficial.

X- da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas

A organização apresentou as certidões negativas de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), CND Federal e de Tributos Municipais.

XI - princípios de legalidade

Constatou-se que a Organização atendeu aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade, Motivação e Interesse Público.

XII - do controle interno

Tratam os autos da liquidação dos recursos referente ao EMPENHO 49/2021 VALOR GLOBAL 64.800,00 repassados por meio do Termo de Colaboração nº 235/2017, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme artigo 42, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações. Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe, e com base no relatório de execução do objeto apresentado pela entidade, no Relatório do(a) Gestor(a) de Parceria (que monitorou e avaliou o cumprimento das metas), na homologação pela Comissão de Avaliação e Monitoramento e no parecer do(a) secretário(a), constatou-se que estão presentes todos os elementos e formalidades exigidas pela Lei Federal nº 13.019/2014. Segundo o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, o órgão concedente através de servidor designado, o(a) Gestor(a) do Termo e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio da emissão de relatório, parecer e Termo de Homologação, respectivamente, manifestaram-se pela possibilidade de aprovação do relatório apresentado pela entidade ou da prestação de contas. Assim, considerando que tanto o gestor do Termo, como a Comissão de monitoramento e Avaliação manifestaram pela aprovação do relatório de cumprimento do objeto e da prestação de contas, entende-se como suficiente para a entidade alcançar as metas previstas no Plano de Trabalho. Relativamente à aplicação financeira, verifica-se que os recursos foram regularmente utilizados, em conformidade com o Plano de Trabalho. Sendo estas as considerações, manifestamos a concordância da conclusão exarada pela unidade concedente, e consideramos a presente prestação de contas tanto do cumprimento do objeto como a financeira, como sendo regular. E por fim, submeta-se os autos aos procedimentos de baixa contábil. Controlador(a) Geral do Município: Janaina de Castro - CPF: 278.137.278-19

XIII - Informações Complementares

Informamos que em virtude dos valores recebidos pelo município através do FUNDO A FUNDO, co financiado pelo Governo Federal não terem sido suficiente para o cumprimento do Termo de Colaboração 235/2017 firmado com a Organização Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto - APAE, e para que não houvesse a interrupção do Serviço ofertado, para pessoa com deficiência intelectual e múltiplas, que é de extrema necessidade para que o município mantenha os serviços com economicidade, o Município de Salto, através da Secretaria de Ação Social e Cidadania assumiu o repasse das parcelas faltantes, através de apostilamento, com recurso do Tesouro. Importante salientar que os valores faltantes no Empenho referente ao Recurso Federal foi extornado e providenciados novo Empenho encartado nesta Prestação de Contas.

XIV - da fiscalização

Houve fiscalização documental efetuada pela comissão de avaliação e monitoramentos, com parecer apresentado na prestação de contas anual.

XV- do parecer final

Após conferência e análise da prestação de contas apresentadas pela Organização, conclui-se a correta aplicação dos recursos repassados na forma de Termo de Colaboração nº 235/2017 para a Organização, atendendo aos preceitos contidos na Instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo aprovada pelo Gestor Municipal.

Salto, 11 de março de 2021



Mércia Falcini
Secretária Municipal de Ação Social e Cidadania